



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Registro de preços para a contratação de empresa para eventual fornecimento de dispositivos eletrônicos biométricos de ponto compatíveis com o sistema de ponto do TRE/SC, com garantia de 36 (trinta e seis) meses, conforme as quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

A Resolução TSE n.º 23.368, de 13 de dezembro de 2011, instituiu a obrigatoriedade da utilização de sistema eletrônico com identificação biométrica para o controle da jornada de trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral:

*Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da utilização de sistema eletrônico com identificação biométrica, para controle da jornada de trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral.*

*Art. 2º Os tribunais regionais eleitorais deverão providenciar a instalação e a configuração de equipamentos e programas a serem utilizados para o registro de ponto eletrônico, com reconhecimento biométrico, nas dependências das suas Secretarias e dos Cartórios Eleitorais em até doze meses, contados da publicação desta Resolução.*

*Art. 3º Os sistemas a serem utilizados pelos tribunais regionais eleitorais devem ser capazes de captar os registros de entrada e de saída dos servidores efetivos, requisitados e removidos, e de migrar os dados para o Sistema de Gestão de Recursos Humanos, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, permitindo, ainda, o acompanhamento, pelo servidor, da sua frequência, em meio eletrônico.*

Ainda, assim disciplina a Portaria TRESC P n. 28/2015:

*Art. 4º A entrada e a saída dos servidores no início, durante e no término da jornada, bem como os horários destinados ao intervalo entre turnos de trabalho, serão registrados por meio de sistema eletrônico integrado com identificação biométrica denominado sistema eletrônico, acompanhado pelo Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH).*

Para tanto, estão instalados e em operação, atualmente, 98 (noventa e oito) dispositivos de identificação biométrica nas diversas unidades do TRE/SC (prédios da sede e dos cartórios eleitorais), sendo responsáveis por coletar e automatizar o registro do ponto dos servidores.

Porém, há em estoque apenas 3 (três) unidades sobressalentes para eventual reposição no caso de defeito irrecuperável que exija a substituição do equipamento. Ainda, há 26 (vinte e seis) dispositivos que estão há mais de cinco anos em uso, sendo considerados no fim da vida útil, aumentando as chances de aparecimento de falhas e defeitos irrecuperáveis. Reforça-se que a indisponibilidade do dispositivo comprometeria a obrigatória marcação eletrônica do ponto por identificação biométrica dos servidores, exigido pelas normas.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A compatibilidade exigida entre os equipamentos a serem adquiridos e o atual sistema de ponto adotado pelo TRE/SC visa atender aos princípios da padronização, da economicidade e da eficiência, aproveitando o atual parque instalado de equipamentos biométricos, não devendo ser necessárias à operação dos novos equipamentos quaisquer mudanças na infraestrutura, na rede de dados ou nos softwares de automação já desenvolvidos pela equipe técnica do TRE/SC para integração do sistema de ponto eletrônico com o banco de dados do sistema SGRH, devendo haver total aproveitamento dos ativos já em produção e da atual base de dados de impressões digitais já coletada, bem como permitindo que eventuais substituições pelo novo dispositivo sejam totalmente transparentes ao atual sistema de ponto implantado, o que proporcionará a redução dos custos de operação e manutenção do sistema, o aproveitamento dos investimentos financeiros e dos esforços técnicos já despendidos na implantação do atual sistema de ponto, a possibilidade de atualização tecnológica dos dispositivos em operação, agilidade na reposição de ativos defeituosos e o aumento da disponibilidade global do sistema de controle da jornada de trabalho como um todo.

Desse modo, atendendo aos princípios da padronização, da economicidade e da eficiência, faz-se necessária a aquisição de dispositivos eletrônicos de ponto biométrico para a continuidade do controle automatizado, eletrônico e biométrico do ponto funcional dos servidores do TRE/SC.

### 2.2. Objetivos e Benefícios

A contratação visa garantir padronização, economicidade, segurança e transparência na coleta, no registro e na gestão do ponto funcional dos servidores para controle do cumprimento da jornada de trabalho, por meio da atualização tecnológica do sistema eletrônico biométrico implantado e em operação nas diversas unidades da instituição, visando atender à Portaria TRESC P n.º 28/2015 e à Resolução TSE n.º 23.368/2011.

### 2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<ul style="list-style-type: none"><li>RE1 - Satisfação dos usuários de TIC;</li><li>RE2 - Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC;</li></ul>
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"><li>AE04 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais;</li><li>AE06 - Manter parque tecnológico atualizado;</li></ul>

### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar encaminhado pela Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE/SC, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n.º 27.370/2021.

### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Bem / Serviço	Demanda prevista	Quantidade a ser contratada
Dispositivo eletrônico biométrico de ponto, compatível com o sistema de ponto do TRE/SC.	100 (cem) unidades	100 (cem) unidades



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do Item 3 – “Especificação Técnica Detalhada” deste documento.

Item	Objeto	Quantidade registrada
1	Registro de preços para eventual aquisição de dispositivo eletrônico biométrico de ponto, compatível com o sistema de ponto do TRE/SC.	100 (cem) unidades

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

O parcelamento do objeto não é tecnicamente viável. A adjudicação será por item.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate**

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, ressaltando que é possível destinar total ou parcialmente o objeto a ser licitado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Por fim, declaramos que se aplica ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto 7.174/2010.

### **2.11. Modalidade e Tipo de Licitação**

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão", sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço", pelo procedimento do Sistema de Registro de Preços.

### **2.12. Impacto Ambiental**

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE/SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa.

### **2.13. Obrigações da Proponente**

- 2.13.1. A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos.

### **2.14. Obrigações da Contratante**

- 2.14.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- 2.14.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- 2.14.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **2.15. Obrigações da Contratada**

- 2.15.1. Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- 2.15.2. Entregar os produtos à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da nota de empenho assinada pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

- 2.15.2.1. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;
- 2.15.2.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens de materiais recicláveis, individuais e lacradas, com o menor volume possível, garantindo máxima proteção no transporte e possibilitando a estocagem de forma segura;
- 2.15.2.3. Serão recusados produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de uso ou desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
- 2.15.2.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
  - 2.15.2.4.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos irregulares não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
  - 2.15.2.4.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- 2.15.3. Dar garantia técnica aos produtos pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo;
  - 2.15.3.1. Obrigar-se a realizar, dentro do prazo de garantia, manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias, placas e componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e de suas partes, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - 2.15.3.2. Fornecer peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior, desde que não prejudique o atendimento aos requisitos técnicos de compatibilidade requerida com o sistema de ponto;
  - 2.15.3.3. Disponibilizar atendimento técnico, dentro do horário comercial, para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura do chamado, podendo haver uso, adicionalmente, de sistema de atendimento eletrônico na Internet (web);



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.15.3.4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- 2.15.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE/SC;
- 2.15.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### 2.16. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. ITEM 1 – Registro de preços para eventual aquisição de dispositivos eletrônicos biométricos de ponto, compatíveis com o sistema de ponto em operação no TRE/SC, com os seguintes requisitos mínimos:

- 3.1.1. Devido ao fato de já existir um parque de dispositivos biométricos em operação conjunta com um sistema computacional de ponto eletrônico implantado no TRE/SC, bem como a necessidade de atendimento aos princípios da padronização, da eficiência e da economicidade fundamentados no subitem 2.1 deste Termo de Referência, o dispositivo ofertado deverá ser da **marca HENRY modelo PRIMME SF PONTO BIO VERMELHO PROX** (sensor biométrico Suprema vermelho e leitor de cartões de proximidade) **ou dispositivo eletrônico de ponto biométrico similar, desde que plenamente compatível com o sistema eletrônico de ponto em operação no TRE/SC e integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) do TSE.**
- 3.1.1.1. Por **compatibilidade plena** entende-se a total compatibilidade de software, hardware e dados entre o dispositivo ofertado e o atual sistema de ponto eletrônico em operação no TRE/SC, devendo haver:
- **Compatibilidade de hardware:** deve permitir a continuidade da operação do sistema de ponto no local de instalação após a simples substituição do dispositivo atualmente instalado pelo novo equipamento a ser fornecido, sendo a operação de troca totalmente transparente ao sistema de ponto do TRE/SC e às infraestruturas elétrica e lógica dos locais de instalação, sendo necessário apenas que o novo dispositivo seja configurado com o mesmo endereço IP do equipamento que será substituído;
  - **Compatibilidade de software:** não deve ser necessária qualquer mudança nos softwares de rede, de automação, de integração com o sistema SGRH ou de gerenciamento do sistema de ponto eletrônico utilizados no TRE/SC;
  - **Compatibilidade de dados:** deve haver total aproveitamento da atual base de dados de impressões digitais (biometrias) dos servidores do TRE/SC, dispensando a necessidade de nova captação dos dados biométricos dos usuários já cadastrados na base de dados do sistema de ponto eletrônico.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 3.1.2. Caso o produto ofertado pela proponente melhor classificada não seja o produto indicado no subitem anterior (3.1.1), a proponente melhor classificada deverá encaminhar amostra do produto ofertado ao TRE/SC para análise da compatibilidade com o sistema de ponto em produção exigida no subitem anterior;
- 3.1.2.1. Neste caso, a proponente melhor classificada terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para encaminhar a amostra;
- 3.1.2.2. A partir do recebimento da amostra, a equipe técnica do TRE/SC executará, em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, quaisquer testes que julgar necessários à análise da compatibilidade requerida;
- 3.1.2.3. Em hipótese alguma será aceita amostra que demandar, para obter a compatibilidade requerida com o sistema de ponto eletrônico do TRE/SC, quaisquer mudanças ou adaptações na infraestrutura lógica ou elétrica existente, na rede de comunicação, nos softwares de automação e integração com o sistema SGRH já desenvolvidos ou, especialmente, nova coleta das biometrias dos servidores já cadastrados no sistema de ponto;
- 3.1.2.4. O produto ofertado (amostra) deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:
- a) Permitir a configuração totalmente automática do dispositivo quando se atribui um endereço IP ao mesmo, permitindo que o sistema do TRE/SC realize automaticamente as seguintes configurações:
    - i. Configuração automática e recorrente das mensagens do dispositivo;
    - ii. Sincronização automática e recorrente de data e hora;
    - iii. Sincronização automática e recorrente da lista de usuários do setor atribuído àquele endereço IP, integrado ao sistema de recursos humanos (SGRH);
    - iv. Sincronização automática e recorrente das digitais presentes no banco de dados do sistema de ponto para a memória interna do dispositivo, bem como das novas digitais cadastradas pelo dispositivo para as tabelas do banco de dados do sistema de ponto em produção;
    - v. Coleta automática e recorrente das marcações de ponto, já integrada ao sistema de recursos humanos do TRE/SC;
  - b) Permitir o cadastramento de usuários e a captura remota de novas digitais;
  - c) Permitir a coleta automática de registros de ponto, registros de alteração de data e hora e registros de alteração de usuários por meio de API embarcada compatível com o software de integração do TRE/SC. Os registros devem permanecer armazenados no equipamento de forma permanente, admitindo-se a coleta dos mesmos com base em seus números sequenciais de registro;
  - d) Permitir a inclusão, alteração e exclusão de usuários por meio de API embarcada compatível com o sistema de integração do TRE/SC;
  - e) Permitir a coleta e envio de dados biométricos por meio de API embarcada





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

compatível com o sistema de integração do TRE/SC;

- f) Permitir a coleta do número identificador do dispositivo por meio de API embarcada compatível com o sistema de integração do TRE/SC;
- g) Possuir leitor para identificação biométrica de impressão digital com resolução de 500 DPI, resistente a riscos e desgaste, compatível com as digitais atualmente existentes no sistema de ponto do TRE/SC;
- h) Possuir leitor de proximidade compatível com o padrão dos cartões utilizados no TRE/SC (ISO Card 125 kHz proximidade);
- i) Possuir teclado numérico para entrada de dados e/ou acesso ao menu de configurações do equipamento;
- j) Possuir display de cristal líquido (LCD) com iluminação de fundo, devendo permitir a apresentação de mensagens de entrada/saída, data e horário;
- k) Possuir sinalização visual e sonora da efetivação dos registros de ponto, bem como no caso de erro;
- l) Possuir calendário perpétuo, com mudança automática do relógio no horário de verão;
- m) Possuir comunicação de rede de dados padrão Ethernet via protocolo TCP/IP nativa no equipamento;
- n) Possuir capacidade de cadastro de, no mínimo, 4 (quatro) impressões digitais por usuário, por meio da digitação de código de identificação e gravação de digitais pelo leitor biométrico;
- o) Possuir capacidade de gerenciar e armazenar impressões digitais de, no mínimo, 1000 (mil) usuários;
- p) Possuir memória não-volátil inviolável, garantindo a integridade dos dados e dos registros de ponto;
- q) Não imprimir comprovante de registro de ponto (sem impressora);
- r) Alimentação elétrica automática 100~240 VAC;
- s) Possuir estrutura robusta e bom acabamento, não apresentando deformações consideráveis durante o uso, manuseio ou transporte;

3.1.3. A empresa contratada deverá dar garantia aos produtos e a todos os seus componentes, de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses;

3.1.4. A licitante deverá informar, na proposta:

- **Marca e Modelo/Código** do produto cotado.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Marca HENRY, modelo PRIMME SF PONTO BIOMETRIA VERMELHO PROXIMIDADE.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **3.3. Códigos SIASG**

Código: 150702 (Relógio Eletrônico Ponto).

#### **3.3.1. Vigência**

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 08 de outubro de 2021.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE/SC e da Contratada

- 1.1.1. A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC (SGATI), ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7459 e endereço eletrônico: [csit-sgati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sgati@tre-sc.jus.br).

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

- 1.2.1. A empresa contratada (Contratada) deverá entregar os produtos à Seção de Gestão de Ativos de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota de empenho assinada pelos representantes do TRE/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- 1.2.2. A Contratada deverá disponibilizar atendimento técnico para abertura de chamados durante o período de garantia dos equipamentos ofertados, dentro do horário comercial, devendo ser informados ao Gestor do Contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura dos chamados;
- 1.2.3. A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

#### 1.3. Instrumentos Formais

- 1.3.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora.

#### 1.4. Prazos de Garantia

- 1.4.1. A Contratada deverá dar garantia aos produtos pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do recebimento definitivo;
- 1.4.2. É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos produtos, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 1.4.3. Dentro do prazo de garantia, a Contratada obriga-se a realizar manutenções corretivas dos equipamentos, ou seja, reparações, sob demanda, de vícios e defeitos eventualmente verificados nos equipamentos, realizando a troca de peças, baterias, placas e demais componentes sempre que necessário ao adequado funcionamento do produto e de suas partes, exceto quando comprovado mau uso,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

imperícia ou negligência dos usuários, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

- 1.4.4. A Contratada deverá fornecer peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior, desde que isso não prejudique a compatibilidade com o sistema de ponto requerida.

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

- 1.5.1. A comunicação entre o TRE/SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico ou por e-mail.

- Seção de Gestão de Ativos de TI
- Titular da Chefia: Sr. Rogério Valdir da Silva;
- Telefone: (48) 3251-7459;
- Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;
- E-mail: [csit-sgati@tre-sc.jus.br](mailto:csit-sgati@tre-sc.jus.br) e [rogerio@tre-sc.jus.br](mailto:rogerio@tre-sc.jus.br).

- 1.5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto e da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pelo titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

- 1.5.3. A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
- d) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;
- e) Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRE/SC.

- 1.5.4. A existência do acompanhamento não exige a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.

- 1.5.5. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à SGATI/CSIT/STI do TRE/SC.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- 1.6.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Ativos de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.
- 1.6.2. Os materiais entregues serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.
- 1.6.3. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- 1.6.4. O recebimento definitivo dar-se-á em até:
  - a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### 1.7. Pagamento

- 1.7.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.
- 1.7.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:
  - a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
  - b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.
- 1.7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### 1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

### 1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **1.10. Qualificação Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades**

- 1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.
- 1.11.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
  - a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
  - b) Não entregar a documentação exigida no edital;
  - c) Apresentar documentação falsa;
  - d) Causar o atraso na execução do objeto;
  - e) Não manter a proposta;
  - f) Falhar na execução do contrato;
  - g) Fraudar a execução do contrato;
  - h) Comportar-se de modo inidôneo;
  - i) Declarar informações falsas; e
  - j) Cometer fraude fiscal.
  - k) Não entregar a amostra de produto ofertado.
- 1.11.3. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem anterior, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.
- 1.11.4. Para os casos não previstos poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial desta licitação, as seguintes penalidades:
  - a) Advertência;
  - b) No caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
  - c) No caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
  - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 1.11.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como eventuais substituições de produtos sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega dos produtos.